
ARTÍCULOS DOCTRINALES / ARTICLES

**“SEM LIVROS NÃO HÁ INSTRUÇÃO”: LITERATURA
CONTABILÍSTICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII
(IDENTIFICAÇÃO, NOVOS DADOS E SÍNTESE)****Miguel Gonçalves**

Departamento de Contabilidade e Gestão do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de
Coimbra (ISCAC) e *Coimbra Business School – Research Centre (CBS-RC)*. Portugal.
Correo-e: mgoncalves@iscac.pt - ORCID code: <https://orcid.org/0000-0003-0318-9251>

Cecília Duarte

Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial pelo Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Coimbra (ISCAC). Portugal.
Correo-e: ceciliamariaduarte1@gmail.com - ORCID code: <https://orcid.org/0000-0001-9879-9890>

Cristina Góis

Departamento de Contabilidade e Gestão do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de
Coimbra (ISCAC) e *Coimbra Business School – Research Centre (CBS-RC)*. Portugal.
Correo-e: cgois@iscac.pt - ORCID code: <https://orcid.org/0000-0003-1724-9411>

Recibido: 20-02-22; Aceptado: 08-05-22.

Cómo citar este artículo/Citation:

Gonçalves M., Duarte C. y Góis C. (2022). “Sem livros não há instrução”: literatura contabilística portuguesa do Século XVIII (identificação, novos dados e síntese). *De Computis - Revista Española de Historia de la Contabilidad*, 19 (1), 71 – 102. doi: <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.19.1.7289>

Resumo: O estudo representa um contributo para o conhecimento da literatura contabilística portuguesa do século XVIII. Deste modo, o artigo visa essencialmente percorrer os livros de contabilidade publicados em Portugal no século XVIII, o que, na prática, significa identificar os primeiros livros impressos em idioma português sobre este campo do saber, a contabilidade. Para este efeito, a investigação apresenta e dá a conhecer uma novidade absoluta no panorama da história dos livros contabilísticos nacionais: um manual de 1787, que, tanto quanto se crê, constitui-se num dado novo para a literatura da especialidade. Esta obra de 1787, com o título *Secretário Português* (designação abreviada) contém um pequeno suplemento cujo tema são as partidas dobradas. Com a divulgação da notícia alusiva a este manual, os livros nacionais de contabilidade publicados no século XVIII são agora cinco e não quatro, conforme assinalava a existente literatura: *Mercador Exato nos Seus Livros de Contas* (1758), *Tratado sobre as Partidas Dobradas* (1764), *Secretário Português* (1787), *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros* (1794) e *Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio* (1800). Em paralelo, o *paper* revisita algumas individualidades portuguesas, que, a par dos livros, também contribuíram para difundir e desenvolver a contabilidade. Ao fazer tudo isto, o artigo estende o conhecimento atual sobre o modo como a contabilidade se disseminou nos primórdios da sua institucionalização em Portugal.

Palavras-chave: *História da Contabilidade; Livros de Contabilidade; Século XVIII; Portugal; Secretário Português.*



“SIN LIBROS NO HAY EDUCACIÓN”: LITERATURA CONTABLE PORTUGUESA DEL SIGLO XVIII (IDENTIFICACIÓN, NUEVOS DATOS Y SÍNTESIS)

Resumen: El estudio representa una contribución al conocimiento de la literatura contable portuguesa del siglo XVIII. En este sentido, este artículo tiene como objetivo fundamental recorrer los libros de contabilidad publicados en Portugal en el siglo XVIII, lo que supone identificar los primeros libros impresos en Portugal sobre este campo del conocimiento. Para ello, la investigación presenta una novedad absoluta en el panorama de la historia de los libros de contabilidad portugueses: un manual de 1787 que, según se cree, constituye un nuevo dato para la literatura especializada. Esta obra de 1787, titulada *Secretário Português* (designación abreviada), contiene un pequeño suplemento cuyo tema es la contabilidad por partida doble. Siendo esta información publicada por medio de este periódico, los libros de contabilidad portugueses impresos en el siglo XVIII ahora son cinco y no cuatro, como se indica en la literatura existente: *Mercader Exacto en sus Libros de Cuentas* (*Mercador Exato nos seus Livros de Contas*) (1758), *Tratado sobre la Partida Doble* (*Tratado sobre as Partidas Dobradas*) (1764), *Secretario Português* (*Secretário Português*) (1787), *Guía de Comerciantes y de Tenedores de Libros* (*Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*) (1794) e *Ilustraciones Preliminares sobre el Balance General del Negocio* (*Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio*) (1800). Al mismo tiempo, el artículo visita algunas personalidades portuguesas, que, junto con los libros impresos, también desarrollaron y ayudaron a difundir la contabilidad. El artículo amplía el conocimiento actual sobre la forma en que se difundió la contabilidad en los primeros días de su institucionalización en Portugal.

Palabras clave: *Historia de la Contabilidad; Libros de Contabilidad; Siglo XVIII; Portugal; Secretário Português.*

“THERE IS NO EDUCATION WITHOUT BOOKS”: PORTUGUESE ACCOUNTING LITERATURE OF THE 18TH CENTURY (IDENTIFICATION, NEW DATA AND SYNTHESIS)

Abstract: The study represents a contribution to the knowledge of Portuguese accounting literature of the 18th century. In this sense, this article essentially aims to visit the accounting books published in Portugal in the 18th century, which means identifying the first books ever printed in Portugal about this field of knowledge. For this purpose, the research presents an absolute novelty in the panorama of the history of Portuguese accounting books: a manual from 1787 which, as far as is believed, constitutes new data for the specialized literature. This 1787 work, entitled *Secretário Português* (abbreviated designation), contains a small supplement whose theme is double-entry bookkeeping. Being this information published by means of this paper, Portuguese accounting books printed in the 18th century are now five and not four, as indicated in the existing literature: *Exact Merchant in his Account Books* (*Mercador Exato nos seus Livros de Contas*) (1758), *Treatise on Double Entry Bookkeeping* (*Tratado sobre as Partidas Dobradas*) (1764), *Portuguese Secretary* (*Secretário Português*) (1787), *Bookkeepers and Merchants' Guide* (*Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*) (1794) and *Preliminary Illustrations on the General Balance of the Business* (*Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio*) (1800). At the same time, the article revisits Portuguese accounting agents who, along with printed books, also developed and helped to disseminate accounting. By doing all this, the paper extends current knowledge about the way accounting was disseminated in the early days of its institutionalization in Portugal.

Keywords: Accounting History; Accounting Books; 18th Century; Portugal; *Portuguese Secretary.*

Copyright: (c) 2022 Miguel Gonçalves, Cecília Duarte y Cristina Góis. Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Attribution (CC BY-NC-SA 4.0).

1. Introdução

Como é do conhecimento de todos, Luca Pacioli (1446/7¹-1517) publicou em 1494 em Veneza a obra magna *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita* (*Colectânea de Aritmética, Geometria, Proporções e Proporcionalidade*), um livro de matemática geral e de matemática aplicada aos negócios com 308 fólios (616 páginas), o qual continha um pequeno tratado com cerca de 13 fólios e meio (27 páginas) consagrado à contabilidade por partidas dobradas, intitulado *De Computis et Scripturis* (*Sobre as Contas e a Escrituração*) (Gonçalves, 2019). O *De Computis et Scripturis* corresponde à primeira sistematização, em obra impressa, das partidas dobradas como método de registo contabilístico. Tal circunstância justifica que a *Summa* seja consensualmente considerada o primeiro livro de contabilidade a ser impresso e que o seu autor, Pacioli, tenha o seu nome inscrito nos anais da contabilidade como o pai fundador da disciplina.

Para o caso português, mais de 250 anos separaram o ano da primeira edição da *Summa* (1494, como se disse) do ano de publicação do primeiro livro nacional dedicado à temática da contabilidade por partidas dobradas, 1758, na situação em apreço. Efetivamente, João Baptista Bonavie (1705-1780) foi o autor do primeiro manual sobre contabilidade por partidas dobradas que se imprimiu em Portugal, o livro *Mercador Exato nos seus Livros de Contas*, dado à estampa em Lisboa (Gonçalves, 2015, 2018, 2021). Malgrado Bonavie haver sido um homem de negócios francês radicado em Lisboa pelo menos a partir do ano de 1737, o *Mercador Exato nos seus Livros de Contas* foi um livro escrito e publicado em idioma português (Gonçalves, 2021).²

O livro de Bonavie viu a luz em plena época pombalina (1750-1777), uma época reconhecida na literatura da história da contabilidade portuguesa como o período áureo da contabilidade nacional. Com efeito, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), comumente conhecido por Marquês de Pombal, título nobiliárquico que lhe foi atribuído em 1770, subiu ao poder em agosto de 1750, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra do Reino de Portugal, coincidindo, aqui, com a entronização do rei D. José I (1714-1777), e viu terminar legalmente o seu período de atividade governamental em fevereiro de 1777, na qualidade de Secretário de Estado dos Negócios do Reino, por ocasião da morte do mesmo monarca (Macedo, 1989).

Durante o arco cronológico identificado (1750-1777), Pombal preocupou-se em difundir o método das partidas dobradas por terras portuguesas. Com esse objetivo, o governante fundou em 1759 a Aula do Comércio de Lisboa, uma escola pública onde obrigatoriamente, por imposição estatutária fundacional, se aprendia contabilidade por partidas dobradas (Ferreira, Kedslie e Freitas, 1995; Rodrigues, Gomes e Craig, 2004; Gonçalves, 2017a) e instituiu o referido método em diversos organismos nacionais, quer público, quer privados, como sejam, entre outros, a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755), a Companhia Geral da

¹ Embora se não desenvolva neste texto o assunto Pacioli, é importante referir que é impreciso o ano do seu nascimento: Luca Pacioli nasceu em Borgo de Sansepolcro (Itália), entre 23 de outubro de 1446 e 19 de junho de 1447 (Sangster, 2021).

² Cumpre ter em mente que o nome João Baptista Bonavie correspondia à versão aportuguesada do verdadeiro antropónimo do autor em questão: *Jean Baptiste Bonnavie* (Gonçalves, 2015, 2018, 2021).

Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), a Real Fábrica das Sedas (1757)³, a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759), o Erário Régio (1761), o Colégio Real dos Nobres (1766), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (1766), o Hospital Real de Todos-os-Santos (1767) e a Universidade de Coimbra (1772)⁴. Numa asserção bastante vulgarizada em Portugal (cf. Gonçalves, 2022), Gonçalves da Silva enfatizou que a “época pombalina, sob o aspeto contabilístico, pode qualificar-se de revolucionária, [porquanto] as providências governativas respeitantes à matéria que então se tomaram modificaram consideravelmente o panorama contabilístico nacional” (Silva, 1984, pp. 509-510).

Nesta conformidade de ideias, o objetivo central deste artigo consiste em apresentar e divulgar à comunidade, pela primeira vez, um livro de contabilidade impresso em Portugal sobre contabilidade por partidas dobradas ainda não identificado pela literatura e o objetivo secundário, em articulação com o anterior, firma-se em visitar os livros de contabilidade publicados em Portugal no século XVIII. De permeio, faz-se notar que não foram impressos em Portugal no século XVIII manuais de contabilidade em idiomas estrangeiros e também não foram publicados livros sobre contabilidade por partidas simples. Dito com outro acento – e como adiante se mostrará –, os livros de contabilidade que em Portugal foram publicados na centúria de Setecentos foram-no sob a égide das partidas dobradas e sob o signo da *língua de Camões*, pese embora alguns tenham ido beber de forma mais ou menos acentuada a fontes não portuguesas. Concomitantemente, o artigo também procura expor os principais agentes contabilísticos que, a par do Marquês de Pombal, contribuíram para a disseminação das partidas dobradas em Portugal no século XVIII.

Como tal, para atender aos referidos objetivos e para se constituir como um contributo perene para o conhecimento da literatura contabilística portuguesa do século XVIII, o texto está estruturado em cinco partes distintas correspondentes a outras tantas secções. Assim, após esta introdução, a segunda secção oferece uma panorâmica geral do contributo de três importantes agentes contabilísticos para a disseminação e desenvolvimento da contabilidade em Portugal. A secção seguinte, por intermédio de uma sólida revisão da literatura, identifica e caracteriza os primeiros manuais de contabilidade impressos em Portugal. A quarta secção apresenta e dá a conhecer uma novidade absoluta no panorama da história dos livros contabilísticos nacionais: um manual de 1787 que, tanto quanto se crê, constitui-se num dado novo para a literatura da especialidade. O trabalho encerra com a quinta secção, a dedicada à conclusão.

2. Os principais agentes difusores da contabilidade em Portugal na segunda metade do século XVIII

Um bom retrato da obra económica de Pombal no-lo deu em 1766 José Manuel Ribeiro Pereira, diplomado pela Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra, nomeado secretário da Junta da Administração da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1768: um ministro [Pombal] que erige fábricas, protege companhias mercantis, estabelece juntas que dirigem regularmente o comércio [a Junta do Comércio], funda aulas para a mocidade aprender

³ Para o caso específico da Real Fábrica das Sedas (1757), veja-se Duarte (2020) e Duarte, Gonçalves e Góis (2021).

⁴ Para o caso particular da Universidade de Coimbra (1772), atente-se em Ferreira (2017).

o comércio [a Aula do Comércio] e edifica colégios para a nobreza se instruir [o Colégio Real dos Nobres] (Pereira, 1766).

Desde o início do seu mandato, uma das principais preocupações de Pombal consistiu em garantir a difusão da contabilidade por partidas dobradas em Portugal. Para atender a este fim, o principal secretário de D. José I necessitava de recursos humanos qualificados ao nível nacional, em contraposição à contratação de guarda-livros estrangeiros que até então se verificava (Ratton, 1813).

Nesta senda, surge a Aula do Comércio de Lisboa (1759) com o intuito de formar os futuros comerciantes e guarda-livros nacionais. Esta instituição escolar foi fundada pelo Governo de D. José I para “ensinar a Aritmética, a arrecadação dos livros por escritura dobrada, a redução dos dinheiros, medidas e pesos estrangeiros, a inteligência dos câmbios e as mais partes que constituem um perfeito negociante” (Sales, 1761, *fólio 212*).⁵ Trata-se da principal referência contabilística contextual ao reinado de D. José I. Aos diplomados foram concedidas diversas saídas profissionais, tanto para organismos públicos como para organismos privados. A Junta do Comércio e o Erário Régio constituíram-se como as principais instituições acolhedoras dos graduados da escola lisboeta, logo seguidas pelas companhias pombalinas e pela Real Fábrica das Sedas (Gonçalves, 2017a). Nesta medida, um dos principais traços distintivos das instituições que Pombal criou ou reformulou com vista a atingir o objetivo de alavancar a economia portuguesa residiu na circunstância da utilização da contabilidade por partidas dobradas como método de registo contabilístico.

Deste modo, a situação contabilística no tempo de Pombal melhorou significativamente em Portugal. O introdutor político das partidas dobradas, Pombal, por força da legislação que emanou de molde a que as instituições públicas e privadas tivessem um modelo de escrituração assente na técnica digráfica, tinha conhecimento de que este sistema possibilita a determinação das variações no capital investido, a definição e o cálculo do lucro, uma melhor administração, a deteção e minimização da possibilidade de ocorrência de fraudes e a produção de demonstrações financeiras (Rodrigues e Sangster, 2013; Rodrigues, Carqueja e Ferreira, 2016). Sugestivo disto mesmo é a referência à biblioteca pessoal que Pombal reuniu em Londres aquando da sua passagem pela capital inglesa como embaixador de Portugal (período 1738-1743), a qual era composta, entre outros títulos, por vários livros de contabilidade por partidas dobradas, com especial saliência para os livros de autores franceses, designadamente *Barrême*, *Jacques Savary*, *Mathieu de la Porte* e *Samuel Ricard* (Barreto, 1986; Gomes, 2007; Gonçalves, Lira e Marques, 2013).

O Marquês de Pombal foi o cérebro por detrás da reforma contabilística ocorrida no período *josefino*; no entanto, necessitava de individualidades que o ajudassem a colocar em prática os seus planos. Neste contexto, a Tabela 1 apresenta, de seguida, uma resenha de três dos principais auxiliares de Pombal na tarefa de disseminação das partidas dobradas e dos contributos dessas figuras para a emergência e desenvolvimento da contabilidade em Portugal.

⁵ Convém aqui salientar que os estudantes da Aula do Comércio de Lisboa puderam também, a partir de 18 de maio de 1761, assistir no mesmo espaço da escola a aulas de francês e de geografia lecionadas pelo abade Carlos Francisco de Garnier (Sales, 1761, *fólio 215*).

Tabela 1. Alguns agentes difusores da contabilidade em Portugal durante a segunda metade do século XVIII.

<i>Personalidade</i>	<i>Principais contributos para o desenvolvimento da contabilidade em Portugal</i>
José Francisco da Cruz (1717-1768)	José Francisco da Cruz esteve presente nos órgãos de cúpula da maior parte das instituições pombalinas. Por exemplo, foi tesoureiro-mor do Erário Régio (entre 1761 e 1768), diretor da Real Fábrica das Sedas (entre 1757 e 1768), provedor da Junta do Comércio (entre 1758 e 1760), o maior acionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (Gonçalves, 2013) e provedor da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (Marcos, 1997). Foi, bem assim, um dos principais impulsionadores da fundação da Aula do Comércio de Lisboa, de cujo programa curricular fazia parte a instrução contabilística por partidas dobradas. José Francisco da Cruz foi durante mais de 10 anos o colaborador típico de Pombal, isto é, o seu homem de confiança preferido para os assuntos económicos e comerciais do país. Representou o papel de um tecnocrata do aparelho estatal e membro da elite comercial do universo pombalino que ajudou a criar condições para o desenvolvimento da profissão de contabilista em Portugal na segunda metade do século XVIII, porquanto, como personagem central do corpo de comércio lisboeta, era, à época, um dos principais interessados em que existissem contabilistas formados em Portugal e não importados do estrangeiro.
João Henrique de Sousa (1720-1788)	João Henrique de Sousa foi nomeado primeiro professor (lente, como se dizia na época) da Aula do Comércio de Lisboa e chefe da repartição de contabilidade da Junta do Comércio em 1 de julho de 1758 (Gonçalves, 2017a). Iniciou funções como professor da Aula do Comércio aquando da sua inauguração (1 de setembro de 1759), mas não completou o primeiro curso da Aula do Comércio (1759-1763). A alteração nas funções de Sousa deveu-se à sua nomeação, em 11 de janeiro de 1762, para o cargo de escrivão do tesoureiro-mor, o terceiro cargo mais importante do então instituído Erário Régio (1761), com o intuito de organizar a escrituração das contas públicas segundo o método das partidas dobradas (Ratton, 1813; Rodrigues e Craig, 2009, 2010). No seu percurso profissional, destaca-se a passagem por uma casa comercial italiana em Lisboa (1732-1741) como escriturário e depois como guarda-livros (Rodrigues e Craig, 2009, 2010), o que sugere que terá sido aqui que aprendeu contabilidade por partidas dobradas. Foi o sétimo e último provedor da Junta do Comércio (1780-1785) (Duarte, Gonçalves e Góis, 2020). João Henrique de Sousa foi proposto para lente da Aula do Comércio pelo próprio Pombal e “escolhido [para a função] entre outros muitos sábios” (Bovone, 1761, p. 1), como recorda um guarda-livros da contadoria da Junta do Comércio – Feliciano António Bovone. Entre maio de 1781 e fevereiro de 1786 ele atingiu a cúpula do Erário Régio na qualidade de tesoureiro-mor dessa repartição pública criada em 1761 (Franco e Paixão, 1995; Benavente-Rodrigues, 2011). Em 1761, dava-se nota de que brevemente sairia à luz uma obra excelente composta pelo engenhoso e sábio João Henrique de Sousa, lente da Aula do Comércio, a qual integraria o curso completo das suas lições ditadas em cada triénio da referida escola (Sales, 1761, <i>fólio 184</i>). Porém, as lições nunca chegaram a ser publicadas.
Alberto Jacquéri de Sales (1731-1791)	Suíço de nascimento, Sales teve como primeiro emprego público, em Portugal, a auditoria das contas do contrato do tabaco no Porto, tendo sido nomeado pela Junta do Comércio, em 1760 (Gonçalves, 2017a). Posteriormente, no final de 1761, Sales ocupou o lugar deixado vago por João Henrique de Sousa na Aula do Comércio

(Rodrigues e Craig, 2009, 2010). Durante os 22 anos (1762-1784) de serviço na Aula do Comércio de Lisboa, Sales foi responsável pelo seu auge, tanto em termos de reconhecimento social como de afluência de alunos (Gonçalves, 2017b). Como recorda Ratton (1813, p. 255), Sales tinha “instrução e possuía elementos da ciência do comércio, como se prova pelas postilas de que se servia nas suas aulas”. As suas lições manuscritas, nomeadamente, a *Notícia Geral do Comércio* e a *Notícia Geral da Escritura Dobrada*, influenciaram centenas de alunos, seja ao nível da economia, seja ao nível da contabilidade (Gonçalves, 2017a). A *Notícia Geral do Comércio* não foi impressa no século XVIII, mas em 1816 saiu publicada por Manuel Teixeira Cabral de Mendonça (no livro *O Guarda-Livros Moderno* – volume II), sem que este último tenha feito referência ao nome de Sales (Cabral de Mendonça escreveu apenas no prefácio deste segundo volume d’*O Guarda-Livros Moderno* que iria transcrever uma postila intitulada *Notícia Geral do Comércio* – ver Mendonça, 1823, p. 8). Ainda durante o período em que exerceu as funções de lente na Aula do Comércio de Lisboa, Sales foi nomeado para a direção da Real Fábrica das Sedas, por decreto de 3 de março de 1771, acumulando este cargo com o de professor na Aula do Comércio (Santana, 1974).

A Tabela 1 não se esgota em si própria cabendo nela apenas a referência a três das muitas personalidades que desempenharam um papel determinante no auxílio ao Marquês de Pombal na difusão do método digráfico. Também no período pombalino outra forma de difusão das partidas dobradas, por terras lusas, foram os livros impressos de contabilidade, à semelhança, de resto, do que aconteceu um pouco por toda a Europa Ocidental.

3. Identificação dos primeiros livros impressos de contabilidade em Portugal: revisão da literatura

Ao tempo, a literatura contabilística produzida no século XVIII consistiu exclusivamente na publicação de manuais e tratados de contabilidade (*id est*, partidas dobradas). Com efeito, não se registaram em Portugal, ao longo da era de Setecentos, acontecimentos relacionados com o associativismo de profissionais desta área, o que, por regra, motivaria a criação de boletins difusores de notícias e artigos relativos à contabilidade, circunstância que, no nosso país, aconteceu apenas nos últimos 15 anos do século XIX. É bom lembrar que o movimento associativo de contabilistas e de guarda-livros em Portugal foi um fenómeno relativamente tardio que se concretizou apenas em 1885 com a fundação da *Associação Portuguesa de Contabilidade*, com sede em Lisboa, a qual tinha por objeto “intervir em tudo o que dissesse respeito à contabilidade, comércio, indústria, ensino e legislação comercial, criar uma biblioteca, publicar boletins, colocar sócios desempregados e subsidiar os associados impossibilitados de trabalhar” (Sousa, Rodrigues e Amorim, 2018, p. 37, *itálico acrescentado*). Não obstante, o primeiro periódico regular que a literatura atual evidencia diz respeito à publicação, sob os auspícios da *Associação de Classe dos Empregados de Contabilidade* (associação fundada em 1894), do boletim *O Commercio*, publicado pela primeira vez em 31 de março de 1897 (Guimarães, 2006a, 2009). Neste assunto, como bem sinaliza Guimarães (2006a, p. 25), “dado desconhecermos a existência de qualquer publicação da primeira associação [*Associação Portuguesa de Contabilidade*, fundada em 1885], é bem possível que o boletim *O Commercio* tenha sido a primeira publicação nacional na área da contabilidade”. Interessantemente, a edição n.º 1, publicada em 1897, como visto, contém um artigo de um ilustre tratadista português de contabilidade, Ricardo José de Sá (1844-1912), sob o título “Contabilidade, o que foi, o que é, e o que deve ser” (Guimarães, 2006a, p. 26).

Quanto a periódicos noticiosos generalistas, houve três, tanto quanto se sabe: a *Gazeta de Lisboa*, o *Hebdomadário Lisbonense* e o *Jornal Encyclopédico*. A *Gazeta de Lisboa* imprimiu-se de agosto de 1715 a junho de 1762 e, depois de um interregno de 16 anos, a partir de 1778; o *Hebdomadário Lisbonense* saiu de dezembro de 1763 a julho de 1767; e o *Jornal Encyclopédico* começou a publicar-se em Lisboa em julho de 1779, esteve interrompido durante nove anos, recomeçou em 1788 e continuou até 1793⁶. O primeiro (a *Gazeta de Lisboa*) era um órgão oficioso do Governo, o segundo (o *Hebdomadário Lisbonense*) um espaço de divulgação de anúncios, no essencial, e o terceiro (o *Jornal Encyclopédico*), de acordo com Silva (1860), constituiu-se como um órgão de divulgação de notícias e de artigos concernentes à história literária de Portugal e ao estado geral das ciências e das artes (filosofia, medicina, história natural, entre outras) naquele período. Nenhum dos três periódicos deu ao prelo quaisquer artigos ou reflexões sobre escrituração ou contabilidade. A notícia mais relevante para a história da contabilidade incluída nos três jornais em questão diz respeito a uma informação divulgada no *Hebdomadário Lisbonense* e já devidamente assinalada por Gomes (2007): um aviso público a anunciar a existência de uma academia privada de contabilidade por partidas dobradas em Lisboa no ano de 1767 no Largo do Rato junto à Real Fábrica das Sedas.⁷

Por estes fundamentos concernentes à quase total ausência de referências à contabilidade na imprensa periódica portuguesa da época, bem se compreende que no XVIII século a literatura contabilística se cingisse a livros sobre partidas dobradas, como atrás se disse. Neste particular, mais de 250 anos separam a publicação do primeiro livro impresso sobre partidas dobradas no mundo da publicação do primeiro livro em Portugal sobre o mesmo tema. A inexistência até à era pombalina de compêndios de contabilidade originais ou traduzidos foi, simultaneamente, causa e efeito do atraso nacional em relação aos demais países europeus, e se não fora a resoluta ação do Marquês de Pombal, talvez o aparecimento das primeiras obras da contabilidade escritas em português tivesse tardado ainda mais (Silva, 1985).

A Tabela 2 fornece, circunstanciadamente, uma síntese dos principais elementos identificativos dos primeiros livros impressos de contabilidade por partidas dobradas em Portugal no século XVIII, os quais representam, em simultâneo, os primeiros livros de contabilidade publicados no nosso país.

⁶ Em 1806, o *Jornal Encyclopédico* ainda foi publicado (um número avulso, apenas) (Martins, 1941). Sob o ponto de vista jornalístico e da formação da opinião pública em Portugal, Pombal suprimiu a Imprensa, em 1762, tendo o Governo de D. Maria I, em 1778, com o renascimento da *Gazeta de Lisboa*, procedido ao seu restabelecimento.

⁷ Consulte-se, para o efeito, o *Hebdomadário Lisbonense* de 21 de março de 1767.

Tabela 2. Os primeiros livros impressos de contabilidade em Portugal (1758-1800).

Ano	Autor	Título	N.º de pág. ⁸	Editor	Local	Observações
1758	João Baptista Bonavie	<i>Mercador Exato nos Seus Livros de Contas</i>	133	Miguel Manescal da Costa	Lisboa	O livro apresentou mais duas edições: a segunda, em 1771, no Porto, e a terceira, em Lisboa, em 1779. A obra foi dedicada ao juiz desembargador Inácio Ferreira Souto (1707 ⁹ -1766), amigo pessoal do Marquês de Pombal e juiz conservador da Junta do Comércio em 1758, entre muitas outras atribuições institucionais.
1764	Anónimo	<i>Tratado sobre as Partidas Dobradas</i>	158	Diego José Avondo	Turim (Itália ¹⁰)	O livro registou uma segunda edição publicada em Lisboa no ano de 1792.
1794	José Joaquim da Silva Peres de Milão (tradutor de uma obra francesa da autoria de Mathieu de la Porte ¹¹)	<i>Guia de Negociantes e de Guarda-Livros</i>	171	Régia Oficina Tipográfica [também denominada a Impressão Régia]	Lisboa	O livro registou uma segunda edição publicada em Lisboa no ano de 1802 (Balbi, 1822), com a particularidade de o nome do tradutor não aparecer na capa,

⁸ Os livros elencados na Tabela 2 não têm a mesma dimensão; o maior deles todos é o livro de 1758, de Bonavie, com uma altura de 30 centímetros e uma largura de 21 centímetros (formato *in folio*). O menor é o livro de 1800; tem 17 centímetros de altura e 11 centímetros de largura (formato *octavo*). O livro de 1764 apresenta as seguintes dimensões: 20 centímetros x 13 centímetros (*octavo*). O livro de 1794, também em *octavo*, tem de dimensões 18 centímetros x 12 centímetros.

⁹ A informação relativa ao ano de nascimento de Inácio Ferreira Souto – juiz desembargador da Casa da Suplicação desde 1742 e antigo Professor Catedrático da Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra – foi obtida por gentileza do Professor Doutor José Subtil, cuja prestimosa ajuda os autores registam e agradecem.

¹⁰ Por simplificação coeva, este artigo mune-se da referência a Itália como país de edição deste livro publicado em 1764, mas a denominação correta, neste tempo, seria a de *Península Itálica*. Turim era a capital do Reino da Sardenha em 1764 e, como se sabe, foi a primeira capital do Reino de Itália, entre 1861 e 1864.

¹¹ *Mathieu de la Porte* (ca. 1660-ca. 1732) nasceu nos Países Baixos, mas naturalizou-se francês em 1705, tendo vivido e trabalhado em França a partir de 1678 (Carqueja, 2006).

						nem tampouco o nome de D. Tomás de Lima (1727-1800), Marquês de Ponte de Lima, a quem a primeira edição foi dedicada. ¹²
1800	José Gonçalves Ramiro	<i>Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio</i>	30	Academia Real das Ciências	Lisboa	O livro editou-se uma segunda vez em Lisboa em 1803, desta feita com mais 10 páginas, com um total de 40.

Nenhuma das publicações precedentes trouxe referências à sua tiragem, circunstância que se afigurava usual sob o arco temporal de Setecentos. Ainda assim, é útil registrar-se que genericamente para este tempo a reedição de um livro supunha uma venda de pelo menos meio milhar de exemplares, dado que as tiragens oscilavam entre as 500 e 1000 cópias (Pedreira, 1992).

Em fecho, regista-se a existência de um manuscrito sobre partidas dobradas (v. Carqueja, 2010; Lira, 2010; Ricardino, 2012), com a data de 1765, cujo conteúdo respeita às lições ditadas por João Henrique de Sousa na Aula do Comércio de Lisboa; o manuscrito pertence ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), tendo sido publicado na íntegra em 2010 por Hernâni Olímpio Carqueja (cf. Carqueja, 2010).

3.1 O livro *Mercador Exato nos seus Livros de Contas* (1758)

Os historiadores da contabilidade têm mostrado um interesse considerável nos primeiros livros de contabilidade impressos após 1494 em vários países (Carnegie e Parker, 1994). O primeiro livro de contabilidade sobre partidas dobradas impresso em língua portuguesa remonta ao ano de 1758 (Pequito, 1875; Martins, 1944, 1952; Silva, 1985; Carqueja, 2011a) e o seu autor foi João Baptista Bonavie. O Marquês de Pombal dispunha deste livro na sua biblioteca particular (a edição de 1758) (Gomes, 2007). O trabalho seminal de Carqueja (2011a) corresponde à principal literatura de referência sobre este livro, pese embora sobre o tema se deva também dedicar atenção às investigações de Guimarães (2005) e de Gonçalves (2015, 2018, 2021). Todas estas pesquisas revelam-se importantes e pertinentes do ponto de vista da construção do conhecimento contabilístico, porque se Pacioli foi o precursor mundial a divulgar as partidas dobradas em livro impresso – e isto tem servido de pretexto para uma vastíssima e muito rica bio-bibliografia do autor –, Bonavie foi o primeiro expositor, em letra de imprensa, das partidas dobradas em Portugal.

Os estudos de Gonçalves (2015, 2018, 2021) dão-nos a conhecer que Bonavie era francês (nascido em Antibes, no sudeste de França), mercador de retalho de lã e seda em Lisboa, e que entrou em processo de falência em função dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de novembro de 1755, sendo *Jean Baptiste Bonnavie* o seu verdadeiro nome, como exposto

¹² D. Tomás de Lima era, em simultâneo, em 1794, Presidente do Erário Régio e Presidente da Junta do Comércio. Fora ele quem, em 1777, substituíra o Marquês de Pombal no primeiro Governo de D. Maria I, ficando com a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (até 1788).

previamente. Para Bonavie, a publicação, em 1758, de um livro de contabilidade, “consistiu numa estratégia de legitimação como tentativa de aceitação e reabilitação social” em pleno processo de averiguação, pela Junta do Comércio, da boa ou má-fé da sua falência (Gonçalves, 2015, p. 11, p. 14).

Demais a mais, informa também o autor que a primeira referência documental a Bonavie data de 1737, creditando-o como vendedor de livros em Lisboa (cf. Gonçalves, 2015, 2018, 2021), o que não deixa de ser impressionante no contexto deste artigo.

O renomado bibliógrafo/bibliófilo Inocêncio Francisco da Silva (1810-1876) (diplomado pela Aula do Comércio, sublinhe-se) no seu monumental *Dicionário Bibliográfico Português* deu o testemunho *infra*, referindo-se à edição do livro de Bonavie que, à data, conhecia, a terceira, publicada em 1779:

esta obra ficou de todo esquecida com a publicação d’*O Guarda-Livros Moderno*, e creio que uma boa parte da edição veio a vender-se a peso para embrulhos, segundo recordações que conservo do tempo da minha infância, lembrando-me de ter visto bastantes exemplares numa tenda, ou mercearia, um dos quais comprei (Silva, 1859a, p. 299).¹³

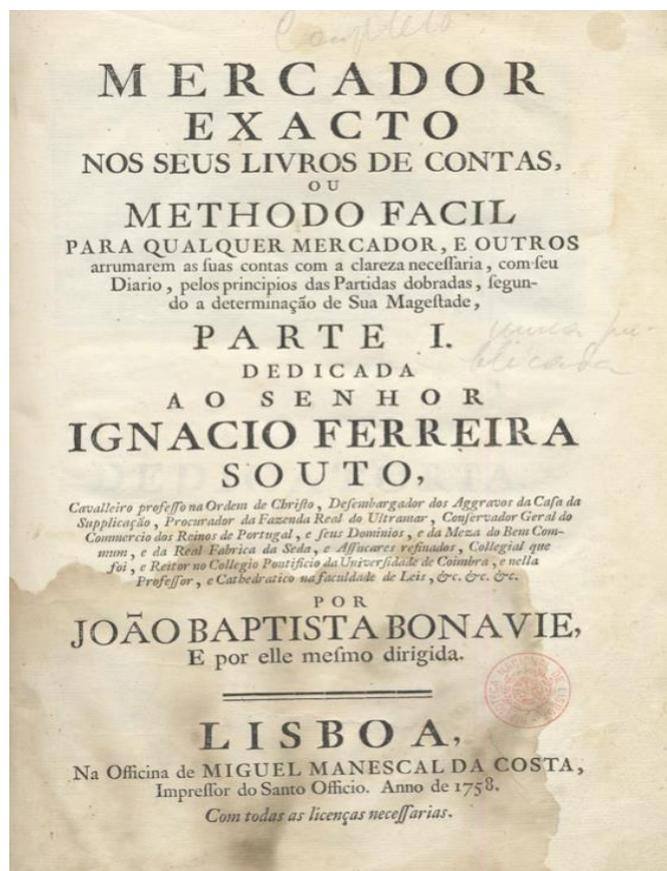
Realce-se ainda, que, como demonstrou Carqueja (2011a, 2011b), a obra de Bonavie não foi original, mas sim um aproveitamento de um livro publicado em 1721 em Paris pelo autor *M. Barrême*¹⁴, com o título *Traité des Parties Doubles (Tratado das Partidas Dobradas)*. Com efeito, o texto de Bonavie “tem sequências de parágrafos que correspondem a tradução literal do texto em francês” (Carqueja, 2011b, p. 467). Também Stevelinck (1970, p. 63) partilha deste entendimento: “o livro de Bonavie não se constitui como um livro original, [sendo] fortemente inspirado em Bertrand François Barrême” [ou seja, no seu livro de 1721, o *Traité des Parties Doubles*, cuja breve resenha pode ser consultada em Stevelinck, 1970, pp. 138-141].

A Figura 1 mostra o frontispício da obra de Bonavie, cumprindo noticiar que, embora a capa faça referência a *Parte I*, não foi nunca publicada outra parte deste livro.

¹³ Cai a propósito observar o *lapsus scribendi* de Guimarães (2008, p. 42), ao assinalar que esta informação pessoal de Inocêncio Francisco da Silva se dirigia ao livro de 1764, o *Tratado sobre as Partidas Dobradas*, impresso em Turim. Objetivamente, convém assim retificar e esclarecer que Inocêncio, em 1859, teceu esse comentário pessoal acerca do livro de Bonavie (a edição de 1779) e não sobre o livro de 1764 publicado em Itália.

¹⁴ Carqueja (2011b) esclarece que o “M.” não é a inicial de um nome próprio, devendo ser entendida como abreviatura de *Mr.*, ou seja, Sr. em português (abreviatura de Senhor). Em consequência, na sua opinião, a autoria deste livro de 1721 não pode ser atribuída exclusivamente a *Bertrand François Barrême* (1638-1703), como é frequente, mas ser antes imputada à escola de aritmética e contabilidade que ele fundou em Paris, ou seja, a obra deve ser interpretada como uma obra coletiva, a qual terá beneficiado dos contributos dos seus descendentes, filho (*Gabriel Barrême*, n. 1663) e neto (*Nicolas Barrême*, n. 1687), também professores na escola de *Bertrand François Barrême* (cf. Carqueja, 2011b).

Figura 1. Frontispício do *Mercador Exato nos seus Livros de Contas*¹⁵ (1758).



3.2 O livro *Tratado sobre as Partidas Dobradas* (1764)

O segundo livro português publicado sobre partidas dobradas foi o *Tratado sobre as Partidas Dobradas* (1764). Não foi publicado em Portugal, mas sim em Itália – em Turim, mais especificamente. A primeira edição, a de 1764, vendia-se em Lisboa, pelo menos de 1767 a 1775, na loja de João José Bertrand (*Jean Joseph Bertrand*), mercador de livros franceses, casa comercial que comprou a edição ou parte da edição do *Tratado sobre as Partidas Dobradas* (Suplemento ao *Hebdomadário Lisbonense*, 1767; Marques, 1775).

A obra não tem nome do autor – é lavra de um autor anónimo ainda não identificado pela historiografia. A literatura de referência sobre este duplo mistério da história da contabilidade portuguesa (porquê em Turim e por que motivo saiu à estampa sem o nome do autor?) reside nas publicações de Silva (1970), de Guimarães (2005, 2008) e, sobretudo, de Carqueja (2012a).

¹⁵ A imagem da Figura 1 foi retirada do *Google Imagens*. Cumpre advertir que o *Mercador Exato nos Seus Livros de Contas* integra o arquivo da BNP, sendo que está também disponibilizado gratuitamente, pela mesma, na *internet*.

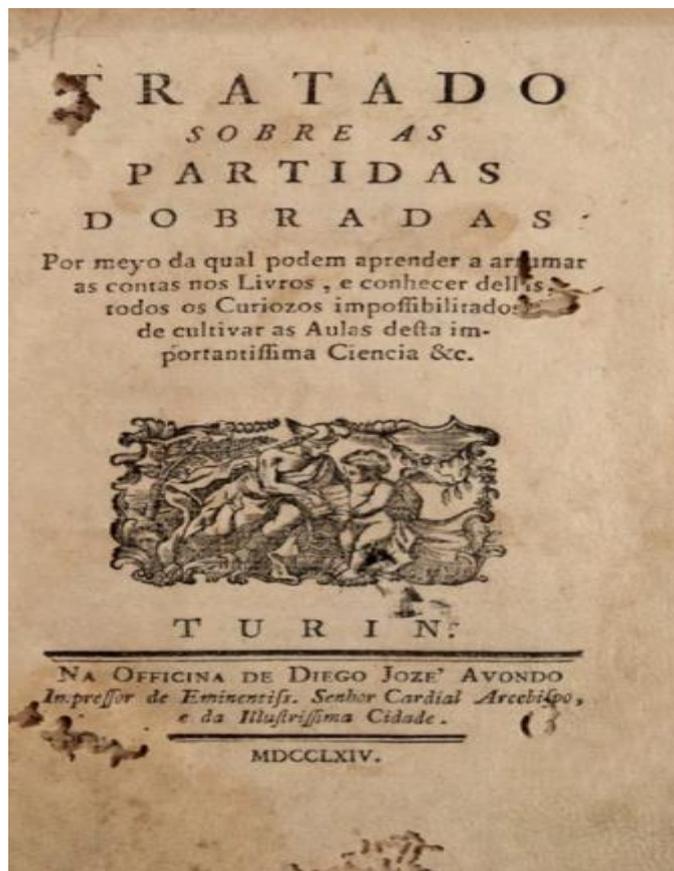
O *Tratado sobre as Partidas Dobradas* foi alvo de uma segunda edição em Lisboa composta por dois volumes, um volume sobre as partidas dobradas editado em 1792 com o mesmo título e o mesmo conteúdo e outro volume publicado em 1793 com 375 páginas com o título *Dicionário Universal das Moedas, Pesos e Medidas* (Carqueja, 2012a). Aqui, neste segundo volume (o publicado em 1793), Carqueja (2012a, p. 127) anota que o autor do livro fornece ao leitor duas pequenas achegas acerca da sua identidade, apresentando-se como “um natural de Lisboa”, e da sua profissão, declarando-se “um estudioso e laborioso comerciante que, nas suas jornadas, frequentando muitas praças comerciantes da Europa, sempre cuidadosamente se aplicou ao estudo e prática do comércio”. Yamey (1969) sugere que o autor anónimo possa ser um descendente de judeus portugueses que tenham sido obrigados a sair de Portugal; a sua crença pessoal radica na análise que fez ao nome do editor Diego José Avondo, que, para si, foi uma pessoa nessa similar situação.

Convém, ainda, esclarecer que uma parte muito substancial da exposição sobre partidas dobradas deste livro publicado em Turim em 1764 corresponde a uma tradução do livro de M. Barrême (*Traité des Parties Doubles*, 1721) (*Tratado das Partidas Dobradas*), tal como Bonavie o fez (embora copiando partes distintas), e também a uma tradução de um livro da autoria de Mathieu de la Porte, o *La Science des Négociants et Teneurs de Livres* (*A Ciência dos Comerciantes e dos Guarda-Livros*), manual impresso em Paris em 1704 (Carqueja, 2011b, 2012a). Silva (1970, p. 160) já havia assinalado isto mesmo:

o facto de quem o escreveu [este livro de 1764] se ter mantido no anonimato explica-se, talvez, pela reduzida originalidade do trabalho, que, em muitas das suas 158 páginas, é mera tradução do *Traité des Parties Doubles* que Nicolas [sic] Barrême publicou em 1721 e de outras obras estrangeiras.

A Figura 2 mostra o frontispício da obra do autor anónimo publicada em 1764.

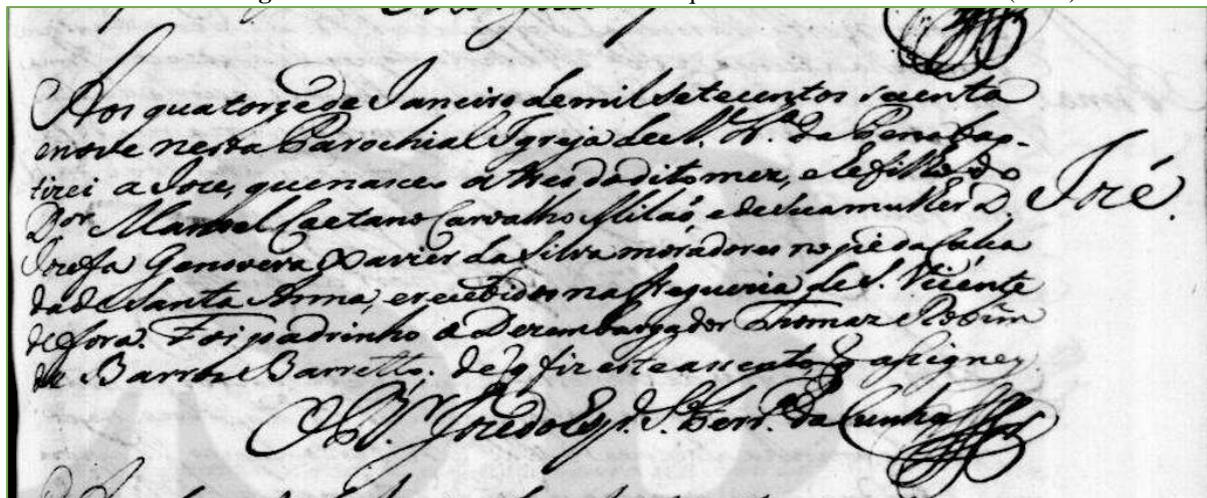
Figura 2. Frontispício do *Tratado sobre as Partidas Dobradas*¹⁶ (1764).



3.3 O livro *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros* (1794)

A obra *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros* foi uma iniciativa de José Joaquim da Silva Peres de Milão. A Figura 3 documenta, de forma inédita, registre-se, o assento de batismo do autor em questão.

¹⁶ A imagem da Figura 2 foi retirada do *Google Imagens*. À semelhança do livro de Bonavie, também esta obra de 1764 pode ser encontrada na BNP e na *internet*, mercê das facilidades eletrônicas concedidas pela BNP.

Figura 3. Assento de batismo de José Joaquim da Silva Peres de Milão (1769).

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registos Paroquiais, Paróquia de Pena, Livro de Registo de Batismos 1766-1777, fólio 63r.

Impõe-se a transcrição para a grafia atual: “Aos 14 de janeiro de 1769 nesta Paróquia e Igreja de Nossa Senhora da Pena batizei a José que nasceu a três do dito mês e é filho do Doutor Manuel Caetano Carvalho Milão e de sua mulher Dona Josefa Genoveva Xavier da Silva, moradores no pé da Calçada de Santa Ana, e recebidos na freguesia de S. Vicente de Fora. Foi padrinho o Desembargador Tomás Robim de Barros Barreto. De que fiz este assento e assinei, O Reitor José do Espírito Santo Ferreira da Cunha.”¹⁷

No reinado de D. Maria I (1734-1816) (r. 1777-1816)¹⁸, José Joaquim da Silva Peres de Milão, aluno do segundo ano do nono curso da Aula do Comércio de Lisboa – e um dos 174 alunos matriculados em 1792 –, traduziu e publicou em Lisboa um livro de contabilidade intitulado *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*. Este manual, uma das 1 890 traduções publicadas em Portugal no século XVIII (Lupetti e Guidi, 2016), correspondeu à tradução para a língua portuguesa de uma obra originalmente composta por Mathieu de la Porte publicada em Paris no ano de 1685: o livro *Le Guide des Négocians et Teneurs de Livres* (*Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*). O tradutor português alterou as datas (em geral o ano),

¹⁷ Para a data de falecimento de Peres de Milão, procederam-se a pesquisas que não deram resultado. Não obstante, apurou-se que vivia ainda em 1828, que foi o secundogénito de quatro irmãos (três homens e uma mulher), que o seu padrinho de batismo havia sido uns anos antes Governador Interino do Estado do Brasil (1760-1763) e que Peres de Milão casou, em 1806, com Dona Antónia Faustina (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registos Paroquiais, Paróquia de Pena, Livro de Registo de Casamentos 1794/1825, fólio 203v*).

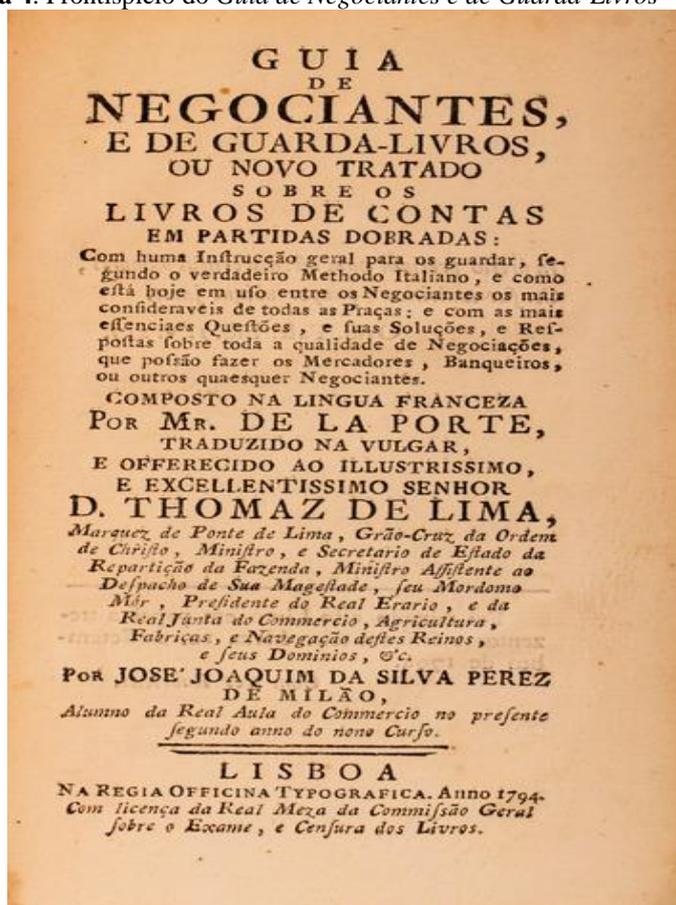
¹⁸ Não se deve deixar de mencionar que o governo efetivo da “infeliz primeira rainha reinante de Portugal” terminou a 10 de fevereiro de 1792, por ter sido declarada demente por uma junta médica convocada para avaliar as suas faculdades mentais (Beirão, 1944, p. 415). A regência do Reino de Portugal foi assumida pelo seu filho, o príncipe D. João, futuro rei D. João VI (em 1816). O reinado de D. Maria I contém assim uma cronologia muito específica.

mantendo os mesmos dias e meses (Carqueja, 2012b). Acrescente-se que Peres de Milão tinha como ascendentes uma família de elevada posição social no *Antigo Regime* português, dado que era filho de um advogado formado na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1755, Manuel Caetano de Carvalho Milão, mais tarde magistrado, o qual, em 1794, exercia como escrivão da rainha D. Maria I.

A justificação de Peres de Milão para traduzir o livro de *Mathieu de la Porte* prende-se com o facto de, na Aula do Comércio, não existir um manual impresso de apoio às aulas; as lições eram ditadas pelo professor e manuscritas pelos aprendizes (postilas).

Os estudos de Carqueja (2006, 2012b) afiguram-se como a literatura de referência em Portugal acerca deste livro publicado em Lisboa por José Joaquim da Silva Peres de Milão em 1794. Ao contrário de Bonavie, em 1758, e do autor anónimo, em 1764, que em lugar algum das suas publicações reconheceram os créditos das suas fontes originais às quais foram copiar parte dos seus textos, o estudante de comércio e contabilidade Peres de Milão teve o cuidado de assinalar, desde o início, que a sua publicação correspondia tão-somente a uma tradução de um livro de contabilidade composto na língua francesa pelo autor *Mathieu de la Porte*, tal e qual se pode examinar no frontispício da sua obra (cf. Figura 4).

Figura 4. Frontispício do *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*¹⁹ (1794).



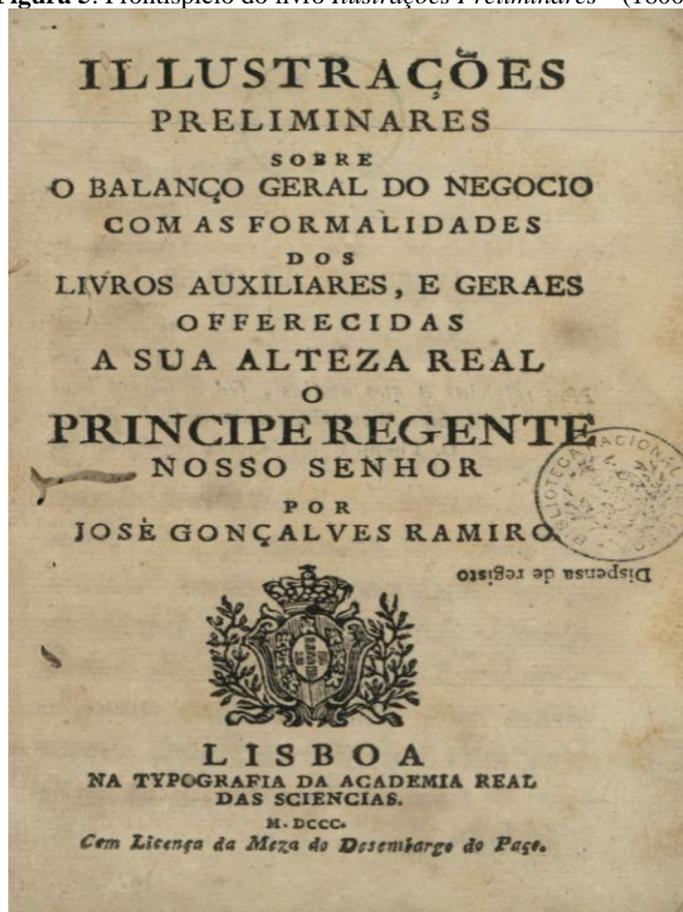
¹⁹ Semelhantermente, a imagem da Figura 4 foi retirada do *Google Imagens*. O livro em questão pode ser consultado no acervo da BNP e, em paralelo, na *internet*, uma vez que a BNP o disponibilizou ao público em geral.

3.4 O livro *Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio* (1800)

Este manual, cujo autor foi José Gonçalves Ramiro, não foi ainda alvo de recensão por parte da literatura contabilística. É entendimento desta pesquisa que o livro *Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio* (1800) publicou-se tendo o autor José Gonçalves Ramiro em mente auxiliar os mercadores de retalho de artigos de tecelagem a prepararem o Balanço das suas casas comerciais, uma vez que o *Estatuto dos Mercadores de Retalho* promulgado por *Alvará de 16 de dezembro de 1757* os obrigava à sua elaboração pelo menos de dois em dois anos (cf. *Estatuto dos Mercadores de Retalho*, capítulo II, parágrafo 15).

Nascido em Lisboa em 1773 ou 1774 (*Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Registo de Certidões Negativas, livro 1 – número de ordem 419, fôlio 305r.*), José Gonçalves Ramiro foi “oficial bibliógrafo [entrou em 1806 como escriturário do cartório e contadoria] da Biblioteca Nacional de Lisboa [Real Biblioteca Pública da Corte e do Reino, designação até 1836], onde servia ainda no ano de 1826” (Silva, 1860, p. 365), atividade que desempenhou em simultâneo, entre 1820 e 1827, com a de segundo escriturário graduado (da contadoria geral da cidade de Lisboa) no Erário Régio, à época denominado Tesouro Público Nacional, instituição na qual se aposentou em outubro de 1827 (*Gazeta de Lisboa*, 1827). José Gonçalves Ramiro era, assim, um dos 203 funcionários do Erário Régio, em 1827 (veja-se Benavente–Rodrigues, 2000).

O frontispício da obra de José Gonçalves Ramiro pode ver-se na Figura 5.

Figura 5. Frontispício do livro *Ilustrações Preliminares*²⁰ (1800).

Em Portugal os livros sobre contabilidade seguiram o modelo geral, visando, até ao virar do século XVIII, explicar a técnica digráfica (Carqueja, 2000). *Ergo*, nenhum dos autores precedentes inovou verdadeiramente ou fez um contributo assinalável, seja na teoria, seja na prática contabilística. Com exceção do livro de José Gonçalves Ramiro (1800), os manuais portugueses do século XVIII, como se deixou claro, consubstanciaram-se em traduções, parciais ou totais, de obras de autores franceses de grande reputação e crédito, como foram os casos de *M. Barrême* e *Mathieu de la Porte*.

Contrariamente ao caso do livro *O Guarda-Livros Moderno*²¹ – publicado em Lisboa em 1815 por Manuel Teixeira Cabral de Mendonça (1780-*ca.* 1820), diplomado pela Aula do

²⁰ A imagem da Figura 5 foi extraída do *Google Imagens*. Tal e qual os três livros identificados anteriormente, também este se encontra na BNP e na *internet*, graças às diligências levadas a cabo pela BNP.

²¹ Observe-se, com brevidade, que este livro foi publicado em dois volumes; o primeiro volume, que versava sobre comércio, saiu em 1815, e o segundo volume (tomo), que tratava das partidas dobradas, deu-se à estampa em 1816. Em 1818 foi publicado o *Suplemento ao Guarda-Livros Moderno*. O *Guarda-Livros Moderno* registou uma segunda edição, em 1823, e uma terceira, em 1835. Todas as edições foram publicadas em formato oblongo. Interessantemente, os dois tomos d’*O Guarda-Livros Moderno* foram utilizados na Aula do Comércio do Rio de Janeiro desde a sua publicação, conforme relatou o seu professor, o lente José António Lisboa (1777-1850); o primeiro tomo era utilizado no primeiro ano e o segundo tomo no terceiro ano (cf. Lisboa, 1821). O segundo tomo do *Guarda-Livros*

Comércio de Lisboa em 1809 –, que foi utilizado dezenas de anos no processo de ensino-aprendizagem na Aula do Comércio de Lisboa, não há notícias documentadas ou oficiais de os livros de Bonavie (1758), do autor anónimo (1764), de Peres de Milão (1794) ou de José Gonçalves Ramiro (1800) haverem sido utilizados no século XVIII nas escolas públicas de contabilidade de então, a Aula do Comércio de Lisboa, e a Aula de Comércio de Faro (fundada em 1791).

Tal fundamentava-se no facto de os lentes, no século XVIII, terem por hábito consagrado ditarem aos estudantes os seus próprios apontamentos e lições sob a forma de postilas, isto é, cadernos manuscritos de explicações dadas pelos professores para uso dos alunos. Ainda assim, como se comprova pelo número de edições das obras assinaladas (*ad exemplum*, o manual de João Baptista Bonavie registou três edições, como se afluou), estes livros registaram assinalável recetividade no mercado, talvez porque as lições manuscritas dos lentes da Aula do Comércio de Lisboa sobre contabilidade por partidas dobradas nunca se chegaram a imprimir no decurso de todo o século XVIII português. Ainda sob este signo, sempre se dirá que um aulista do Comércio da capital era praticamente convidado a adquirir, pelo menos, o livro de 1794, dado que a loja da Impressão Régia, editora da obra de Peres de Milão, localizava-se na Praça do Comércio (a partir de 1774), precisamente o local onde a Aula do Comércio de Lisboa estava estabelecida desde 1769.

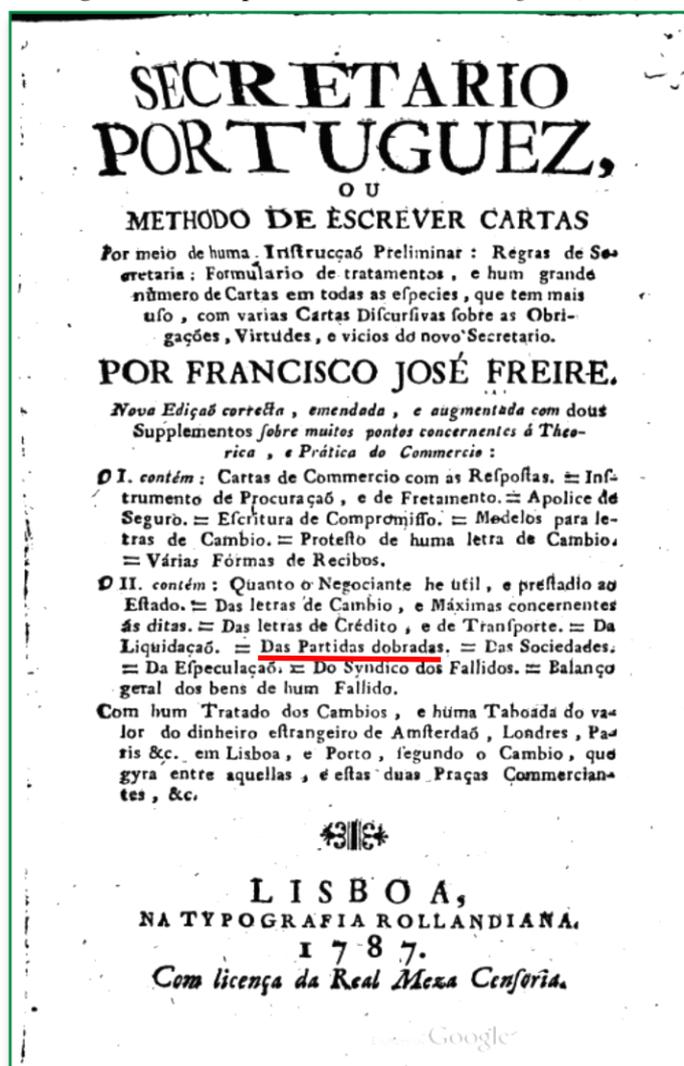
4. Uma novidade no panorama dos livros impressos de contabilidade do século XVIII: uma obra de 1787

De forma inédita, a presente pesquisa apresenta pela primeira vez à comunidade da história da contabilidade um livro que se localizou na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa. A obra possui a cota L. 988 V. A referência a este livro, publicado em 1787, registe-se, filia-se na circunstância de se constituir como um livro em cujo interior figura um breve capítulo sobre contabilidade por partidas dobradas, o qual, tanto quanto é do conhecimento atual, é manifestamente desconhecido pela literatura sobre história da contabilidade. A finalidade deste artigo é, pois, divulgar o livro e os seus aspetos característicos essenciais.

O manual em apreço intitula-se, de forma muito abreviada, *Secretário Português*, e foi impresso, como se escreveu, no ano de 1787, em pleno reinado da rainha D. Maria I, traduzindo-se, assim, no primeiro livro impresso sobre partidas dobradas da época desta monarca.

O frontispício do *Secretário Português* pode ver-se de seguida por intermédio da Figura 6.

Moderno “era ainda usado em 1853 na Escola de Comércio de Lisboa” (Santana, 1993, p. 385), também oficialmente denominada Secção Comercial do Liceu de Lisboa, instituição que, em 1844, sucedeu à Aula do Comércio de Lisboa. O ensino do comércio foi professado em Lisboa no liceu, entre 1844 e 1869.

Figura 6. Frontispício do *Secretário Português* (1787).

Trata-se da sexta edição do *Secretário Português ou Método de Escrever Cartas* (com um total de 494 páginas); a primeira edição é de 1745, a segunda de 1746, a terceira de 1759, a quarta de 1782 e a quinta saiu em 1786. O livro foi publicado pela última vez em 1823. O autor do *Secretário Português ou Método de Escrever Cartas* é, como se observa, Francisco José Freire (1719-1773), um padre muito erudito, estudioso e laborioso da Congregação do Oratório de São Filipe Néri, a avaliar pela vasta e variada obra publicada que nos legou (é digno de ler-se acerca da prolífica obra de Francisco José Freire o rol inserto em Silva, 1859b, pp. 405-411).

Na sua essência, o *Secretário Português ou Método de Escrever Cartas* corresponde a uma compilação de modelos de cartas cujo teor abrange domínios diversos, como sejam cartas de pêsames, de parabéns, de consolação, de avisos, de queixas, de agradecimento, de recomendação, entre outras. A historiografia não documentou até ao momento presente o *Secretário Português* como tendo qualquer tipo de associação à contabilidade portuguesa, no geral, e a livros publicados no século XVIII, em particular – vejam-se, entre outros, as listagens efetuadas por Outeiro (1869), Amorim (1929), Nunes (1933), Martins (1944, 1952), Conde

(1999), Carqueja (2000, 2003, 2010, 2011c), Pereira (2001), Carvalho e Conde (2003), Carvalho, Conde e Nunes (2003) e Guimarães (2005, 2006b).²²

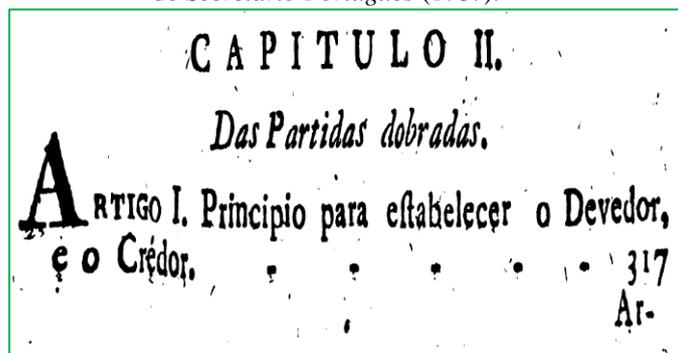
Francisco José Freire não publicou os dois suplementos inclusos no frontispício visível na Figura 6, nem tampouco o *Tratado dos Câmbios*, que se lhes seguiu. Efetivamente, falecido o autor em 1773, e depois de feitas duas novas edições (a de 1782 e a 1786) sem especial importância para a matéria aqui tratada, foi publicada, corria o ano de 1787, uma nova edição póstuma aumentada justamente com os dois suplementos e com o *Tratado dos Câmbios*. Os dois suplementos são importantes para o objetivo principal do presente artigo, porquanto resultaram da iniciativa do impressor/livreiro francês *François* (Francisco, antropónimo aporuguesado) *Rolland*, que imprimiu a obra na sua casa comercial, a Tipografia Rollandiana. Nas palavras de Francisco Rolland (1743-1814), impressor-livreiro em Lisboa, os suplementos em foco revelavam-se úteis ao leitor por dizerem respeito a “muitos pontos concernentes à teoria e prática do comércio” (veja-se o frontispício do livro em apreço, recorrendo para tal, de novo, à Figura 6). Por curiosidade, anote-se que Francisco Rolland já havia sido o impressor da quarta edição do *Secretário Português ou Método de Escrever Cartas*, edição que não contemplava, como se deduz, os dois suplementos por si acrescentados apenas na edição de 1787. Sublinhe-se que o segundo suplemento apenas foi adicionado por Rolland na edição de 1787 do *Secretário Português*. Os suplementos aditados por Francisco Rolland estão grafados com o mesmo tipo de letra do utilizado no resto da obra; deste ponto de vista gráfico, o livro de 1787 é um manual unificado e indiviso.

Francês de nascimento, Rolland chegou em Lisboa em 1765, aos 22 anos (Guedes, 1987, 1998; DeNipoti, 2017). A literatura da história do livro em Portugal qualifica-o como um “escritor habitual de paratextos (*e.g.*, advertências, discursos, avisos) nas obras que publicava na sua empresa, a Tipografia Rollandiana, ao longo das três últimas décadas do século XVIII e na primeira década do século XIX” (DeNipoti, 2017, p. 386).

Desta feita, em 1787, Rolland inovou e resolveu, de *motu proprio*, no segundo suplemento, incluir um breve capítulo, cujo conteúdo, até ao presente, passou despercebido nos anais da contabilidade portuguesa. Ora, o capítulo em questão versava sobre as partidas dobradas, uma circunstancia notável que este escrito pretende realçar. De facto, o capítulo II do segundo suplemento intitula-se *Das Partidas Dobradas*, correspondendo a um total de 19 páginas (pp. 317-335) do *Secretário Português ou Método de Escrever Cartas*. Neste sentido, observe-se a Figura 7.

²² Vem de molde mencionar que quase todas estas listagens apresentam literatura contabilística do século XIX, também, como é o caso da relação fornecida por Jaime Lopes Amorim (*vide* Amorim, 1929, pp. 78-84) ou por Hernâni Olímpio Carqueja (Carqueja, 2003, pp. 29-32). No cômputo global, são contributos importantes para a elaboração de inventários de livros em português desde o ano de 1758, data da edição do livro mais marcante do século XVIII, o de Bonavie, pese embora algumas dessas listas contenham imprecisões, como seja a de considerar o manuscrito de 1765, anteriormente referido, como um livro impresso (*vide* Amorim, 1929, p. 80).

Figura 7: Informação relativa ao início da composição do índice do capítulo II do segundo suplemento do *Secretário Português* (1787).



Não se deixará de colocar um acento muito especial logo na primeira ideia esboçada do capítulo II: “por este nome [partidas dobradas] se entende o modo de ter os livros de comércio, cuja invenção é dos italianos, e tão aprovada foi geralmente, que quase todos os negociantes a seguem” (Freire, 1787, p. 317). Com isto em mente, a questão central que a este propósito importa colocar é a de saber se este capítulo II do segundo suplemento corresponde a um texto original da autoria de Francisco Rolland ou se, *a contrario sensu*, acomoda uma tradução, integral ou parcial, de uma obra estrangeira.

Nesta senda, impõe-se esclarecer que as 19 páginas de Rolland configuraram uma tradução *ipsis verbis* – foram, no entanto, alterados alguns nomes dos intervenientes nas operações e a unidade monetária dos factos contabilísticos também mudou – de parte de um livro francês publicado em 1762 em Lyon em três tomos pelo impressor *Jean-Marie Bruyset*, que na parte inicial do tomo I referiu que não iria nomear o autor da obra. Consequentemente, este livro de 1762 foi publicado sem o nome do autor.

Seja como for, as 19 páginas de Rolland foram copiadas e extraídas do segundo tomo do livro francês publicado em 1762, páginas 582 a 597, e materializaram-se na tradução do conteúdo do verbete respeitante às partidas dobradas, uma vez que a obra foi redigida em formato de dicionário de comércio. O verdadeiro autor da obra plagiada foi *Jean Paganucci* (1729-1797), um comerciante e guarda-livros francês radicado em Lyon, e descendente de comerciantes toscanos de Livorno. Sabe-se que foi *Jean Paganucci* o autor da obra, porque isso mesmo foi esclarecido no final de 1762, sendo que, desde então, a obra foi-lhe sempre atribuída (Feuga, 1994). O livro em análise, publicado em 1762, como se disse, registou o título de *Manuel Historique, Géographique et Politique des Négocians ou Encyclopédie Portative de la Théorie et de la Pratique du Commerce (Manual Histórico, Geográfico e Político dos Comerciantes ou Enciclopédia Portátil da Teoria e da Prática do Comércio)*.

Ainda sobre este tema, a Tabela 3 providencia a estrutura dos artigos inclusos no capítulo II do segundo suplemento do *Secretário Português* (1787), sob o título *Das Partidas Dobradas*.

Tabela 3. Estrutura do capítulo II do segundo suplemento do *Secretário Português* (1787), intitulado *Das Partidas Dobradas*.

Art.º	Título	Conteúdo
I	Princípio para estabelecer o devedor e o credor	
II	Do Diário [com referência ao Livro Borrador]	Aplicação da conta de Capital Exemplo Aplicação da conta de Caixa Exemplo Exemplo Aplicação da conta do Banco Exemplo Aplicação da conta de Fazendas Gerais Exemplo Exemplo Aplicação da conta de Saques e Remessas Exemplo Aplicação da conta das Despesas Gerais Exemplo Aplicação da conta de Lucros e Perdas Exemplo Exemplo
III	Do Livro de Razão e da maneira de lançar nele os artigos do Diário	Aplicação primeira Aplicação segunda Aplicação terceira
IV	De várias contas particulares, uso delas e casos em que se devem formar duas colunas	
V	Da maneira de dar o Balanço e soldar [saldar] as contas do Livro de Razão, de que se dá a saída	
VI	Da mesma maneira de fazer a entrada do novo Diário e do novo Livro de Razão	
VII	Dissolução [de uma sociedade]	
	Modelos de alguns livros auxiliares	Livro de Caixa Livro de Entrada e Saída de Fazendas Livro de Vencimentos
	Observações sobre os Diários de Compra e Venda e sobre o Livro de Caixa, que algumas casas costumam ter	

O pequeno capítulo traduzido por Francisco Rolland não tem a densidade informativa do livro de Bonavie ou do autor anónimo e está muito longe da dimensão qualitativa do livro traduzido por Peres de Milão, mas contém, ainda assim, informação atinente às partidas dobradas, aos livros de comércio borrador, diário e de razão, aos princípios para estabelecer o devedor e o credor das transações comerciais, às aplicações da conta de Lucros e Perdas, entre outros assuntos contabilísticos.

Para fechar esta digressão sobre o *Secretário Português* (1787), termine-se dizendo que o capítulo III do seu segundo suplemento, cujo título é *Das Sociedades – Modelos de Escrituras de Sociedades*, pode eventualmente conter contributos importantes para a história do direito comercial português do período em tela, o último quartel do século XVIII.

5. Conclusão

O recorte temporal deste artigo correspondeu ao período 1758-1800. Desta maneira, a presente pesquisa representou um subsídio válido para a literatura portuguesa contabilística da segunda metade do século XVIII, em razão de não haver livros de contabilidade publicados na era pré-pombalina. A linha temporal e cronológica (1758-1800) da presente narrativa foi definida em função da apresentação de uma informação objetiva e factual: o livro *Secretário Português*, publicado em Lisboa em 1787.

Como o título deste artigo particulariza, “sem livros não há instrução”. Esta máxima, por maioria de razão, é ainda mais apropriada se for transportada para a realidade do século XVIII. Neste contexto, é importante perceber os instrumentos que ajudaram a difundir a contabilidade em Portugal e que, em simultâneo, ajudaram os primeiros contabilistas e guarda-livros portugueses a aprenderem contabilidade.

Os livros de contabilidade produzidos em Portugal no século XVIII foram repositórios de saber e de conhecimento dessa era, tendo proporcionado instrução, as mais das vezes prática, a leitores interessados em aprender e entender os fundamentos da contabilidade por partidas dobradas ou, o que é mais correto por melhor se ajustar à época, os fundamentos da escrituração por partidas dobradas.

O objetivo central deste artigo consistiu em apresentar e divulgar à comunidade, pela primeira vez, um livro de contabilidade impresso em Portugal sobre contabilidade por partidas dobradas ainda não identificado pela literatura e o objetivo secundário, em articulação com o anterior, fundou-se em revisitar em traços finos os livros de contabilidade publicados em Portugal no século XVIII. Também se respigaram apontamentos relativos à importância de três personalidades para o desenvolvimento da contabilidade portuguesa.

O estudo apresentou uma contribuição clara para a literatura, na medida em que deu a conhecer um dado inédito sobre a história da contabilidade portuguesa, ampliando, assim, aquilo que a literatura contabilística conhecia até ao momento sobre a existência de livros de contabilidade publicados no século XVIII em Portugal.

Tanto quanto é do nosso conhecimento, são agora cinco os livros de contabilidade impressos em Portugal na centúria de Setecentos. Todos revelam e documentam uma destacada e predominante influência francesa, à exceção do tratado de José Gonçalves Ramiro (1800). No domínio da edição e publicação de livros, a literatura contabilística do século XVIII acompanhou a tendência geral verificada na época em Portugal – a de um certo afrancesamento da cultura nacional. Quanto ao mais, os livros e opúsculos referidos no vertente artigo, não sendo livros conceptuais, circularam bem em Portugal, ainda assim, cumprindo o propósito de divulgação e difusão do saber prático das partidas dobradas. Cumpre notar, a este respeito, as três edições do livro de João Baptista Bonavie (1758, 1771, 1779) ou as duas do livro do autor anónimo (1764, 1792). Elucidativa desta ideia é, também, a exportação para o Brasil, no início do século XIX, do livro de José Gonçalves Ramiro (1800) (Verri, 2006), e a reimpressão do *Secretário Português* (com o capítulo aditado sobre partidas dobradas por Francisco Rolland), em 1797 e 1801, pelo menos.

Em síntese conclusiva, a Tabela 4 oferece uma visão panorâmica dos elementos identificativos nucleares destes cinco livros, salientando-se, agora, em confronto com a Tabela

2 anterior, a inclusão do livro publicado em 1787 até ao momento desconhecido pela historiografia.

Tabela 4. Quadro sinóptico de dados relativos aos primeiros cinco livros contabilísticos impressos em Portugal.

<i>Ano</i>	<i>Autor/Tradutor</i>	<i>Título abreviado</i>	<i>Local</i>	<i>Reinado</i>
1758	João Baptista Bonavie (autor)	<i>Mercador Exato</i>	Lisboa	D. José I
1764	Anónimo (autor)	<i>Tratado sobre as Partidas Dobradas</i>	Turim (Itália)	D. José I
1787	Francisco Rolland (tradutor)	<i>Secretário Português</i>	Lisboa	D. Maria I
1794	José Joaquim da Silva Peres de Milão (tradutor)	<i>Guia de Negociantes e de Guarda-Livros</i>	Lisboa	D. Maria I
1800	José Gonçalves Ramiro (autor)	<i>Ilustrações Preliminares</i>	Lisboa	D. Maria I

A novidade resultante da publicação deste artigo aumentou o nosso conhecimento contabilístico sobre o século em que radicam as raízes da contabilidade portuguesa: o século XVIII. Com lugar na galeria da contabilidade portuguesa, o livro de 1787 resultou de uma tradução de parte de uma obra original de *Jean Paganucci* efetuada por Francisco Rolland, livreiro/impressor francês radicado em Lisboa, corolário da inclusão, por iniciativa espontânea deste último, de um suplemento num livro com mais de 40 anos de edição, o bem conhecido *Secretário Português*, da autoria do padre oratoriano Francisco José Freire, suplemento este que continha um pequeno capítulo sobre partidas dobradas.

Como se testemunhou, o século XVIII não é um assunto encerrado na história da contabilidade portuguesa: há muito por investigar e por descobrir. Não é inverosímil a ideia de que novos achados sobre manuais de contabilidade em língua portuguesa possam ser realizados pela academia, inclusivamente livros antecessores do *Mercador Exato* (1758), ou até mesmo de manuscritos sobre partidas dobradas referentes a um período anterior ao da fundação da Aula do Comércio de Lisboa.

Como propostas para pesquisas futuras, sugere-se a recensão do livro cuja autoria pertence a José Gonçalves Ramiro, à semelhança do que Hernâni Carqueja detalhada e seminalmente fez – em trabalhos por si publicados na *Revista Portuguesa de Contabilidade* – para os primeiros tratados de contabilidade portugueses impressos no século XVIII (cf. Carqueja, 2011a, 2012a, 2012b). Também se recomenda a construção de uma base de dados, devidamente enquadrada sob o ponto de vista histórico, com informações sobre os livros de contabilidade impressos em Portugal até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Por outra via, enriquecer a literatura contabilística portuguesa setecentista com respostas às perguntas de investigação decorrentes da publicação em Turim em 1764 do *Tratado sobre as Partidas Dobradas* por um autor anónimo português (homem de negócios da Praça de Lisboa), a seu

tempo mencionadas neste artigo, revelar-se-ia um contributo determinante para a resolução desse duplo, intrigante e enigmático mistério da história da contabilidade portuguesa, já com mais de 250 anos de longevidade.

Dedicatória: a **Manuel Patuleia** (1939-2021), saudoso Presidente da Direção Central da *Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade* (APOTEC), entre 1992 e 2021.

Miguel Gonçalves e *Cristina Góis* são ambos professores no *ISCAC-Coimbra Business School* e membros do *Coimbra Business School – Research Centre* (CBS-RC). *Cecília Duarte* é estudante de doutoramento em Contabilidade.

FONTES MANUSCRITAS, FONTES IMPRESSAS e REFERÊNCIAS

1 FONTES MANUSCRITAS

- *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registo Geral de Mercês, Registo de Certidões Negativas, livro 1 – número de ordem 419, fólio 305r.
- *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registos Paroquiais, Paróquia de Pena, Livro de Registo de Batismos 1766-1777, fólio 63r.
- *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Registos Paroquiais, Paróquia de Pena, Livro de Registo de Casamentos 1794/1825, fólio 203v.
- Sales, A. J. (1761). *Dicionário do Comércio* (tomo I: que contém as letras iniciais A e B). [Trata-se de quatro tomos manuscritos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal redigidos entre 1761 e 1773.]

2 FONTES IMPRESSAS

2.1 Legislação

- Alvará Real de 16 de dezembro de 1757 – *Estatuto dos Mercadores de Retalho*. In Coleção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762. Lisboa: Tipografia Maigrense. Ano 1830 (pp. 570-581).

2.2 Livros

- Anónimo (1764). *Tratado sobre as Partidas Dobradas*. Turim: Oficina de Diego José Avondo.
- Bonavie, J. B. (1758). *Mercador Exato nos seus Livros de Contas*. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa.
- Freire, F. J. (1787). *Secretário Português ou Método de Escrever Cartas* (6.^a ed.). Lisboa: Tipografia Rollandiana. [o suplemento com a tradução do capítulo das partidas dobradas é da responsabilidade do editor Francisco Rolland].
- Milão, J. J. S. P. (1794). *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*. Trad. do francês do livro *Le Guide des Négocians et Teneurs de Livres de Mathieu de la Porte*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica.
- Paganucci, J. (1762) (Atrib.). *Manuel Historique, Géographique et Politique des Négocians ou Encyclopédie Portative de la Théorie et de la Pratique du Commerce* (vol. II). Lyon: Jean-Marie Bruyset.
- Ramiro, J. G. (1800). *Ilustrações Preliminares sobre o Balanço Geral do Negócio*. Lisboa: Academia Real das Ciências.

2.3 Periódicos

- *Hebdomadário Lisbonense* (1767). 21 de março de 1767. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira.
- Suplemento ao *Hebdomadário Lisbonense* (1767). 2 de junho de 1767. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira.
- *Gazeta de Lisboa* (1827). 15 de outubro de 1827. Lisboa: Imprensa Régia.

3 REFERÊNCIAS

- Amorim, J. L. (1929). *Lições de Contabilidade Geral – Prelecções Feitas ao Curso de Contabilidade Geral Durante o Ano Lectivo 1928/1929*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto.
- Balbi, A. (1822). *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve* (vol. II). Paris: Rey et Gravier.
- Barreto, J. (1986). *Sebastião José de Carvalho e Melo – Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Beirão, C. (1944). *D. Maria I, 1777–1792. Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado* (4.^a ed.). Lisboa : Empresa Nacional de Publicidade.
- Benavente-Rodrigues, M. (2000). “Extinção do Erário Régio, em 1832”. *Jornal de Contabilidade* 281, pp. 238-246.
- Benavente-Rodrigues, M. (2011). “Os homens do Erário Régio”. *Pecunia* 13, pp. 59-81.
- Bovone, F. A. (1761). *Obsequiosa Gratificação que faz a seu Sábio, e Estimadíssimo Mestre, o Senhor Joam Henriques de Souza [João Henrique de Sousa], Lente Actual da Aula do Comércio, como o mais Devedor e Respeitoso Discípulo Feliciano António Bovone*. Lisboa: [s.n.]. [Miscelânea n.º 10431 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra].
- Carnegie, G. D., e Parker, R. H. (1994). “The first Australian book on accounting: James Dimelow’s *Practical Book-Keeping Made Easy*”. *Abacus* 30(1), pp. 78-97. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1994.tb00344.x>.
- Carqueja, H. O. (2000). “Os livros portugueses até início do século XX”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 226, p. 206.
- Carqueja, H. O. (2003). *Do Saber da Profissão às Doutrinas da Academia*. Separata anexa à *Revista de Contabilidade e Comércio* 234/235. Porto: *Revista de Contabilidade e Comércio*.
- Carqueja, H. O. (2006). “*Guia de Negociantes* de Mathieu de la Porte, uma tradução editada em 1794”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 238, pp. 395-442.
- Carqueja, H. O. (2010). *Arte da Escritura Dobrada que Ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa Copiada para Instrução de José Feliz Venâncio Coutinho no Ano de 1765 – Comentário, Fac-Símile e Leitura*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).
- Carqueja, H. O. (2011a). “*‘Mercador Exato’*: primeiro livro, impresso, em português sobre partidas dobradas. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 4, pp. 609-644.
- Carqueja, H. O. (2011b). “O livro de ‘M. Barrême’ (1721), em francês, e os dois primeiros livros em português sobre partidas dobradas”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 3, pp. 465-496.
- Carqueja, H. O. (2011c). “Apontamento sobre a contabilidade em Portugal entre 1900 e 1950”. *De Computis (Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History)* 14, pp. 3-49.
- Carqueja, H. O. (2012a). *O Tratado sobre as Partidas Dobradas*, editado em 1764, em Turim. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 5, pp. 125-163.
- Carqueja, H. O. (2012b). *Guia de Negociantes e de Guarda-Livros*, de 1794. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 7, pp. 433-455.
- Carvalho, J. M., e Conde, F. (2003). “Fases e períodos da história da contabilidade em Portugal: uma primeira tentativa de identificação”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 233, pp. 57-84.

- Carvalho, J. M., Conde, F. e Nunes, R. (2003). “The historical evolution of the Portuguese management accounting literature”. Comunicação apresentada na 3rd *Accounting History International Conference* (Siena, 17-19 Mai.), pp. 1-25. Org.: *Accounting History*.
- Conde, F. (1999). *A Evolução da Contabilidade nos Séculos XIX e XX – Análise de Livros Publicados*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais. Lisboa: Universidade Aberta.
- DeNipoti, C. (2017). “O livreiro que prefaciava (e os livros roubados): os prefácios de Francisco Rolland e a circulação de livros no Império Português ao fim do século XVIII”. *História: Questões & Debates* 65(1), pp. 385-411. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v65i1.47044>.
- Duarte, C. (2020). *Real Fábrica das Sedas – Elementos Históricos, Sistema Contabilístico e Modelo de Governo (durante a Administração Pombalina)*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Coimbra: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC).
- Duarte, C., Gonçalves, M., e Góis, C. (2020). “‘Sim, senhor ministro’: os homens de negócio ao serviço do Marquês de Pombal na Junta do Comércio portuguesa (1755–1788)”. *De Computis (Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History)* 17(2), pp. 43-59. DOI: <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v17i2.396>.
- Duarte, C., Gonçalves, M., e Góis, C. (2021). “Demonstração do estado da contadoria da Real Fábrica das Sedas, a maior empresa industrial de Portugal no século XVIII (período 1757–1796)”. *De Computis (Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History)* 18(2), pp. 31-56. DOI: <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v18i2.435>.
- Ferreira, L. E. A. (2017). *A Contabilidade na Universidade de Coimbra nos Anos de 1750 a 1800*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Braga: Universidade do Minho; Escola de Economia e Gestão.
- Ferreira, L. F., Kedslie, M., e Freitas, M. V. (1995). “The history of accounting in Portugal, with special reference to the Aula do Comercio”. Comunicação apresentada no 18th *European Accounting Association Congress* (Birmingham, 10-12 Mai.), pp. 1-22. Org.: *European Accounting Association (EAA)*.
- Feuga, P. (1994). “Un économiste moderne, Jean Paganucci”. In *Amplepuis et sa Région. Actes des Journées d’Études* (pp. 61-69). Lyon: Union des Sociétés Historiques du Rhône.
- Franco, A. L., e Paixão, J. C. (1995). *Magistrados, Dirigentes e Contadores do Tribunal de Contas e das Instituições que o Precederam – Finais do século XVIII a 31-12-1992*. Lisboa: Tribunal de Contas.
- Gomes, D. (2007). *Accounting Change in Central Government – the Institutionalization of Double Entry Bookkeeping at the Portuguese Royal Treasury (1761–1777)*. Tese de Doutoramento em Ciências Empresariais, especialização em Contabilidade. Braga: Universidade do Minho; Escola de Economia e Gestão.
- Gonçalves, M. (2013). “Emergência e desenvolvimento da contabilidade por partidas dobradas. Traços gerais de um homem de negócios da Praça de Lisboa: José Francisco da Cruz, tesoureiro-geral do Erário Régio português, 1761”. *Revista Portuguesa de Contabilidade* 12, pp. 669-696.
- Gonçalves, M. (2015). (Algo de novo sobre) João Baptista Bonavie (1705–1780). Comunicação apresentada no VIII Encontro de História da Contabilidade da Ordem dos Contabilistas Certificados (Lisboa, 11 dez.), pp. 1-14. Org.: Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC).
- Gonçalves, M. (2017a). *Pequena História de uma Escola de Contabilidade – a Aula do Comércio de Lisboa. Contributo para a História da Profissão de Contabilista e da Difusão das Partidas Dobradas em Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC).
- Gonçalves, M. (2017b). “Contribuição para a história da profissão contabilística em Portugal: o primeiro guarda-livros com diploma escolar (1771)”. *De Computis (Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History)* 14(26), pp. 27-58.

- Gonçalves, M. (2018). “O primeiro livro de contabilidade em Portugal, o *Mercador Exacto*, e o seu autor, João Baptista Bonavie (1705-1780)”. Comunicação apresentada na *II International Conference of Applied Business and Management (ICABM)* (Porto, 21-22 Jun.), pp. 1-16. Org.: Instituto Superior de Administração e Gestão (ISAG) – *European Business School*.
- Gonçalves, M. (2019). “Contabilidade por partidas dobradas: história, importância e pedagogia (com especial referência à sua institucionalização em Portugal, 1755–1777)”. *De Computis (Revista Española de Historia de la Contabilidad – Spanish Journal of Accounting History)* 16(2), pp. 69-142. DOI: <http://dx.doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v16i2.355>.
- Gonçalves, M. (2021). “Perguntas antigas, dados novos: o essencial sobre João Baptista Bonavie (1705–1780)”. Comunicação apresentada no *XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA)* (Lisboa, 14-15 Out.), pp. 1-18. Org.: Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL).
- Gonçalves, M. (2022). “Uma nota de investigação sobre a Aula do Comércio de Lisboa e sobre um discurso mercantilista de Alberto Jacquéri de Sales (1776), um professor de contabilidade”. *Revista Enfoque: Reflexão Contábil* 41(1), pp. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.4025/enfoque.v41i1.54137>.
- Gonçalves, M., Lira, M., e Marques, M. C. (2013). “Finanças públicas e contabilidade por partidas dobradas: uma visita guiada pela literatura sobre as três figuras cimeiras do Erário Régio Português, 1761”. *Revista Universo Contábil* 9(2), pp. 142-173. DOI: <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20139>.
- Guedes, F. (1987). *O Livro e a Leitura em Portugal – Subsídios para a sua História (Séculos XVIII e XIX)*. Lisboa: Verbo.
- Guedes, F. (1998). *Os Livreiros Franceses em Portugal no Século XVIII – Tentativa de Compreensão de um Fenómeno Migratório e mais Alguma História*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Lupetti, M., e Guidi, M. E. L. (2016). “Tradução, patriotismo e a economia política de Portugal Imperial na época pombalina: as traduções de *Les Aventures de Télémaque* e dos *Éléments du Commerce*”. *Revista de História Regional* 21(2), pp. 667-720. DOI: 10.5212/Rev.Hist.Reg.v.21i2.0016.
- Guimarães, J. C. (2005). “Os primeiros livros portugueses sobre contabilidade”. In Guimarães, J. C. (2005) (Org.). *História da Contabilidade em Portugal – Reflexões e Homenagens* (pp. 509-532). Lisboa: Áreas Editora.
- Guimarães, J. C. (2006a). “Os primórdios das associações e das revistas de contabilidade em Portugal”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 78, pp. 19-31.
- Guimarães, J. C. (2006b). “Os primeiros livros portugueses sobre contabilidade (comentários ao livro do Professor Doutor António Lopes de Sá)”. *Revista Electrónica INFOCONTAB* 12, pp. 1-14.
- Guimarães, J. C. (2008). O livro *Tratado sobre as Partidas Dobradas*, de autor anónimo. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 103, pp. 38-47.
- Guimarães, J. C. (2009). *A Profissão, as Associações e as Revistas de Contabilidade em Portugal*. Porto: Vida Económica.
- Lira, M. (2010). “Breve análise de um manuscrito do século XVIII: *Arte da Escritura Dobrada*, para instrução de José Feliz Venâncio Coutinho”. *Jornal de Contabilidade* 405, pp. 367-374.
- Lisboa, J. A. (1821). “Anexo IV – Aula de Comércio”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1950) 208 (pp. 172-185). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional.
- Macedo, J. B. (1989). *A Situação Económica no Tempo de Pombal – Alguns Aspectos* (3.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Marcos, R. (1997). *As Companhias Pombalinas – Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*. Coimbra: Almedina.

- Marques, J. (1775). *Nouveau Dictionnaire des Langues Françoise et Portugaise*. Lisbonne: Imprimerie Royale.
- Martins, E. (1944). “Ensaio de bibliografia portuguesa de contabilidade”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 47/48, pp. 260-278.
- Martins, E. (1952). *Para a História da Contabilidade Pública em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Contabilidade.
- Martins, R. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Mendonça, M. T. C. (1823). *O Guarda-Livros Moderno* (vol. I) (2.ª ed. rev. e aum.). Lisboa: Impressão Régia.
- Nunes, A. (1933). “Elementos para a história da contabilidade”. *Revista de Contabilidade e Comércio* 4, pp. 279-282.
- Outeiro, J. M. A. (1869). *Estudos sobre Escrituração Mercantil por Partidas Dobradas* (2.ª ed.). Porto: Tipografia Lusitana.
- Pedreira, J. (1992). “Os manuais de negociantes em Portugal (1750-1820): «economia moral» e economia política”. In AA. VV. (1992). *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico* (org. de José Luís Cardoso e António Almodovar) (pp. 173-201). Lisboa: Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP).
- Pequito, R. A. (1875). *Curso de Contabilidade Comercial*. Lisboa: Livraria Pacheco e Carmo.
- Pereira, J. M. (2001). *O Caixeiro e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista – Percursos, Práticas e Contextos Profissionais*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras.
- Pereira, J. M. R. (1766). *Elementos do Comércio*. Lisboa: Oficina de António Rodrigues Galhardo. [este livro é uma tradução da obra francesa *Elémens du Commerce*, de 1754, de François Véron de Forbonnais; texto precedido por uma carta dedicatória a Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras].
- Ratton, J. (1813). *Recordações de Jacome Ratton sobre Ocorrências do seu Tempo em Portugal, Durante o Lapso de Sessenta e Três Anos e Meio, aliás de Maio 1747 a Setembro de 1810*. Londres: H. Bryer.
- Ricardino, Á. (2012). “A contabilidade na Aula de Comércio de Portugal em 1765: diferenças e semelhanças com a contabilidade atual”. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade* 6(3), pp. 316-342. DOI: <https://doi.org/10.17524/repec.v6i3.286>.
- Rodrigues, L. L., Carqueja, H. O., e Ferreira, L. F. (2016). “Double-entry bookkeeping and the manuscripts dictated in the Lisbon School of Commerce”. *Accounting History* 21(4), pp. 489-511. DOI: <https://doi.org/10.1177/1032373216639307>.
- Rodrigues, L. L., Gomes, D., e Craig, R. (2004). “Portuguese School of Commerce, 1759-1844: a reflection of the ‘Enlightenment’”. *Accounting History* 9(3), pp. 53-71. DOI: <https://doi.org/10.1177/103237320400900304>.
- Rodrigues, L. L., e Craig, R. (2009). “Teachers as servants of state ideology: Sousa and Sales, Portuguese School of Commerce, 1759–1784”. *Critical Perspectives on Accounting* 20(3), pp. 379-398. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2007.11.001>.
- Rodrigues, L. L., e Craig, R. (2010). “Os dois primeiros professores da Aula do Comércio e a ideologia do Estado”. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas* 126, pp. 44-55.
- Rodrigues, L. L., e Sangster, A. (2013). “The role of the state in the development of accounting in the Portuguese-Brazilian Empire, 1750-1822”. *Accounting History Review* 23(2), pp. 161-184. DOI: <https://doi.org/10.1080/21552851.2013.803758>.

- Sangster, A. (2021). "The life and works of Luca Pacioli (1446/7-1517), humanist educator". *Abacus* 57(1), pp. 126-152. DOI: <https://doi.org/10.1111/abac.12218>.
- Santana, F. (1974). *Contributo para um Dicionário de Professores e Alunos das Aulas de Comércio*. Lisboa: Associação Comercial de Lisboa – Câmara de Comércio.
- Santana, F. (1993). "A secção comercial do Liceu de Lisboa (1844-1869)". In *Anais da Academia Portuguesa da História* 34 (2.ª série) (pp. 371-386). Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Silva, G. (1970). "Curiosidades e velharias XX: o *Tratado sobre as Partidas Dobradas*, de 1764". *Revista de Contabilidade e Comércio* 146, pp. 160-165.
- Silva, G. (1984). "Bosquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal". *Revista de Contabilidade e Comércio* 187/192, pp. 503-514.
- Silva, G. (1985). *Curiosidades, Velharias e Miudezas Contabilísticas* (2.ª ed.). Lisboa: Editorial Império.
- Silva, I. F. (1859a). *Dicionário Bibliográfico Português* (vol. III). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. F. (1859b). *Dicionário Bibliográfico Português* (vol. II). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, I. F. (1860). *Dicionário Bibliográfico Português* (vol. IV). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sousa, F., Rodrigues, B., e Amorim, P. (2018). "Associações profissionais de contabilistas: das origens do movimento associativo às transformações operadas no Estado Novo". *População e Sociedade* 30, pp. 31-48.
- Stevelinck, E. (1970). *La Comptabilité à Travers les Âges*. Bruxelles: Bibliothèque Royale Albert 1.º.
- Verri, G. (2006). *Tinta sobre Papel – Livros em Pernambuco no Século XVIII*. Recife: Ed. Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
- Yamey, B. (1969). "Early Portuguese treatises on bookkeeping and accounts". *Accountancy* 80(912), pp. 581-582.
-

Miguel Gonçalves

Departamento de Contabilidade e Gestão do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) e *Coimbra Business School – Research Centre* (CBS-RC). Portugal.
Correo-e: mgoncalves@iscac.pt - ORCID code: <https://orcid.org/0000-0003-0318-9251>

Cecília Duarte

Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC). Portugal.
Correo-e: ceciliamariaduarte1@gmail.com - ORCID code: <https://orcid.org/0000-0001-9879-9890>

Cristina Góis

Departamento de Contabilidade e Gestão do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) e *Coimbra Business School – Research Centre* (CBS-RC). Portugal.
Correo-e: cgois@iscac.pt - ORCID code: <https://orcid.org/0000-0003-1724-9411>

